

Estudo Técnico Preliminar - 17/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 10980729276202254

2. Descrição da necessidade

No final do ano de 2020, em virtude de fortes ventos e chuva torrencial, o telhado do Depósito de Mercadorias Apreendidas sofreu graves danos.

À época foi necessário a contratação emergencial de empresa para substituição de cobertura da área que serve de abrigo para veículos e substituição de telhas da área, aqui denominada de “*área do mezanino*”, que serve como guarda de materiais de almoxarifado e arquivo.

No ato de substituição das telhas observou-se que a estrutura da cobertura do mezanino estava com as tesouras de sustentação comprometidas em virtude de umidade.

Face a exigência legal, não foi possível levar a cabo a lavratura de Termo Aditivo para substituição dessa cobertura. Diante disso, foram executados apoios metálicos nas bordas dessas tesouras para evitar que viessem a ruir.

É de se destacar a jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU, em seu Acórdão nº **943/2011 - TCU - Plenário**, que aduz que a **contratação deve restringir-se**, tão somente, **à parcela mínima necessária para prevenir os prejuízos ou riscos**. Assim, alguns serviços correlatos e de acabamento (como colocação de forro, pintura e instalação elétrica, etc.) não foram executados para que o orçamento emergencial não fosse substancialmente onerado.

Assim, os serviços a serem contratados são complementares aos emergenciais anteriormente noticiados.

Com a execução dos serviços, também haverá ganho institucional vez que os Servidores e Colaboradores Extraquadro que laboram no local executarão suas tarefas em um ambiente seguro quanto a riscos de desabamento.

Há de se destacar o significativo papel da edificação na administração, controle e guarda de mercadorias, produtos e veículos apreendidos e para a preservação do valor intrínseco dos bens sob cautela da Unidade. Ainda, haverá um aumento real quanto a segurança das mercadorias armazenadas com diminuição de riscos de danos e prejuízos à União em eventual sinistro.

Considerando a necessidade de conservação do patrimônio público e conhecimento prévio de possíveis situações problema que subsidiariam um planejamento adequado e a tomada de decisões; considerando a grande importância da necessidade de se prover segurança às edificações e aos seus usuários; considerando fatores como a vida útil dos bens e mercadorias sob cautela desta Unidade; sugere-se a contratação

de empresa de engenharia para execução dos serviços de substituição de cobertura e demais necessários e correlatos em virtude desse tipo de ação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA/PR	Demetrius de Moura Soares

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

As empresas interessadas em participar da presente licitação deverão estar cadastradas e com a documentação obrigatória atualizada no SICAF-Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, sendo confirmada sua regularidade através de consulta "ON LINE" no Sistema, no ato da abertura dos envelopes de documentação, conforme disposto na IN/MARE nº 5/95, publicada no DOU de 21.07.95, com as alterações promovidas pela IN/MPOG nº 02 de 11.10.2010.

As empresas deverão apresentar declaração em papel timbrado, datada (mesma data da abertura) e assinada por seu representante legal, que deverá provar essa condição, através de documentos (cópia autenticada do contrato social ou procuração), atestando a inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação (parágrafo 2º art. 32 da lei 8.666/93), sob pena de responder judicialmente nos termos do art. 299, do Código Penal Brasileiro.

Declarar a não existência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em conformidade ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20, de 1998.

A licitante deverá, na data da entrega da proposta, indicar expressamente, um profissional de nível superior, devidamente registrado no CREA, que será o responsável técnico pelos serviços, em cujo acervo conste Atestado de Responsabilidade Técnica, devidamente registrado no CREA, por execução de serviços de características semelhantes ao do objeto do Projeto Básico.

São consideradas relevantes as seguintes parcelas do objeto:

Habilitação – Condições para Qualificação Técnica

A qualificação técnica necessária para habilitação da proponente, se constituirá no atendimento dos requisitos a seguir, visando garantir o cumprimento dos serviços a contratar.

- A licitante deverá possuir registro ou inscrição no CREA ou CAU, comprovado por **certidão de registro de pessoa jurídica emitida pelo órgão competente** da jurisdição de origem da empresa, em nome desta.

- Comprovação de que tomou conhecimento das informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, por meio da **Declaração de Ciência das Condições Locais**, conforme estabelece o Projeto Básico.
- Comprovar **Capacidade Técnica Operacional**, mediante apresentação de Atestados de Responsabilidade Técnica por item de especialidade, registrados no CREA/CAU e acompanhados de CAT/RAT, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que **não o próprio licitante** (CNPJ diferente), em nome de profissional vinculado à licitante na época da execução do serviço, onde fique comprovada sua experiência anterior conforme quadro abaixo:

1. Execução de Cobertura em Estrutura metálica:	300,00 m²
2. Execução de estrutura metálica	300,00 m²

- Comprovar **Capacidade Técnica Profissional**, mediante apresentação de Atestados de Responsabilidade Técnica por item de especialidade, registrados no CREA/CAU e acompanhados de CAT/RAT, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que **não o próprio licitante** (CNPJ diferente), em nome de profissional vinculado à licitante na época da execução do serviço, onde fique comprovada sua experiência anterior conforme quadro abaixo:

1. Elaboração de projeto de Estrutura metálica:	300,00 m²
2. Execução de estrutura metálica	300,00 m²

Os profissionais detentores dos atestados apresentados para habilitação, obrigatória e efetivamente, deverão participar como responsáveis técnicos pela execução dos serviços durante todo o período contratual até o recebimento definitivo.

As certidões de registro no CREA/CAU e Certidões de Acervo Técnico (CAT), emitidas via Internet, somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de veracidade pelo mesmo meio (Internet), podendo a Comissão, se julgar necessário, efetuar a confirmação.

Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, atestados de capacidade técnica fornecidos pelo próprio licitante.

Os profissionais indicados como responsáveis técnicos, deverão, no início da execução do serviço e durante toda a sua execução, possuir vínculo empregatício com a empresa proponente, comprovado por meio da juntada de cópia da ficha de registro de empregado, ou da cópia do ato de investidura em cargo de direção, ou da cópia do contrato social ou ainda do contrato civil de prestação de serviços; a fim de comprovar

que estes profissionais pertencem ao quadro técnico da empresa, ou são seus diretores ou seus sócios.

5. Levantamento de Mercado

O orçamento de referência foi elaborado pela administração, conforme decreto 7.983/2013, aplicável a obras e serviços de engenharia, seguindo como referência de preços a Tabela SINAPI e em casos onde os serviços não contemplados nesta, realizada pesquisa de preços de mercado e pesquisa ao sistema ORSE. Os valores dos serviços foram atualizados pela administração conforme Tabela SINAPI 03/2022 e aplicação do Índice Nacional de Custo da Construção, INCC, no período, além de novas pesquisas de preços de mercado.

6. Descrição da solução como um todo

A contratação é imprescindível para que não ocorra a ruptura da estrutura de sustentação do telhado e, por conseguinte, a ruína de todo o telhado.

As especificações técnicas foram elaboradas de acordo com as diretrizes legais e melhor técnica, com vistas à facilidade de execução e economicidade.

Todos os elementos foram projetados tendo em vista o atendimento à legislação, Normas Técnicas, economicidade e facilidade de manutenção.

O orçamento foi elaborado de acordo com a Tabela SINAPI, conforme preceitua o Decreto 7983/2013.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades dos serviços foram definidas de acordo com as exigências de projeto e constam da planilha orçamentária anexa ao Projeto Básico.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 938.124,43

A obra tem um custo estimado de R\$ 807.897,37 (oitocentos e sete mil, oitocentos e noventa e sete reais e trinta e sete centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Trata-se de contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia destinados à execução, com fornecimento de materiais, de nova cobertura e elementos diretamente ligados à substituição da mesma (forro, instalações elétricas, pintura, etc.).

Especificamente no caso de licitação de obras ou serviços de engenharia, BONATTO [1] dispõe:

"Verifique-se, então, que, quando se trata de uma mesma obra ou serviço de engenharia, como condição de que sejam ambos de mesma natureza e que sejam realizados no mesmo endereço, a definição da modalidade será feita em função do custo integral da obra ou do serviço de engenharia, não sendo possível parcelá-los. O que seria possível se as parcelas fossem de natureza específica, cuja execução pudesse ser feita por pessoas ou empresas de especialidades diferentes, do executor da obra ou do serviço de engenharia."

Pelas especificações desta contratação verificamos a impossibilidade de parcelamento em função da necessidade de garantir a sequência e a coerência lógica da sua conclusão.

De acordo com o Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 10049/2018 – 2ª Câmara, seguindo a mesma linha do Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário, temos que:

"O parcelamento do objeto deve ser adotado apenas na contratação de serviços de maior especialização técnica, uma vez que, como regra, ele não propicia ampliação de competitividade na contratação de serviços de menor especialização."

Nessa linha é a lição de Marçal Justen Filho:

"Como regra, as contratações promovidas pela Administração apresentam um custo. Esse custo consiste não apenas no montante de recursos públicos transferidos a terceiros. Mais que isso, o custo imposto à Administração se relaciona com a necessidade de opção entre diversas soluções mutuamente excludentes. Quando a Administração desembolsa um montante de recursos para uma contratação determinada, o referido montante não poderá ser utilizado para promover outras atividades. Por isso, existe o dever de a Administração desembolsar o menor valor possível para obter uma prestação porque isso lhe assegurará a possibilidade de desenvolver outras atividades com os recursos remanescentes. A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação à cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração."

Mais adiante aduz ainda o mesmo autor:

"Proíbe-se a aplicação de recursos públicos em empreendimentos com dimensões não estimadas ou estimadas em perspectivas irreais, inexecutáveis, onerosas ou não isonômicas. Não poderá ser desencadeado um empreendimento sem serem cumpridas todas as exigências prévias. Nem sequer poderá iniciar-se a licitação sem o

cumprimento de tais requisitos, que se inserem na fase interna da atividade administrativa. (...) As duas finalidades básicas da etapa interna A primeira finalidade da Lei é evitar contratações administrativas defeituosas, assim entendidas aquelas que se inviabilizem ao longo da execução do objeto ou que não assegurem o aproveitamento mais eficiente dos recursos públicos. Outra finalidade legal é promover uma licitação satisfatória, reduzindo o risco de conflitos, impugnações e atrasos. A definição do contrato e a fixação das condições da licitação. Para atingir essas duas finalidades, é imperioso que a Administração identifique de modo perfeito o objeto a ser executado, a presença dos requisitos legais de admissibilidade da contratação e a conveniência da solução a ser adotada para execução do objeto contratado. Essa é a primeira etapa a ser cumprida pela Administração.”

Em função dos serviços previstos, definimos que o parcelamento geraria conflitos de compatibilização dos sistemas e uma dificuldade na distribuição de responsabilidades futuras, tanto no gerenciamento quanto na imputação de responsabilidades. Ainda, sempre ocorre descompasso entre os serviços, o que poderia culminar na entrega de determinado serviço sem a finalização de outro necessário ao funcionamento geral. Ex: Impossibilidade de instalações elétricas e de forro sem cobertura estar concluída.

Além disso, a Administração possui recursos escassos e a contratação de serviços em separado traria um dispêndio maior para controle das tarefas.

Outro ponto que merece destaque é o atendimento a dois princípios básicos da Administração Pública – Economicidade e Eficiência.

O primeiro pelos custos diretos e indiretos que seriam acrescidos nas contratações em separado, como Administração dos serviços e utilização de mão de obra da Administração, sem falar nos processos licitatórios e gestões de contratos em separado.

Diante da experiência e conhecimento, opta-se, com todo o fundamento acima, pela contratação conjunta da obra, visando assim um resultado final completo e satisfatório, além de uma racionalização dos recursos da Administração, cada vez mais escassos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

De acordo com a Portaria RFB nº 178, de 23 de Maio de 2022, o objeto estava previsto no Plano de Engenharia 2022.

RF	UF	UG Sigla	UA Sigla	Classe	Código da Iniciativa	Grupo	C/I	Tipo	Descrição
					2020120978	OBS	C	REPARACAO	REPARAÇÃO DE GRADIL E INSTALAÇÃO DE PORTÕES ELETRÔNICOS
					2020120979	OBS	C	INSTALACAO	INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÍNIMOS DE PROTEÇÃO A VIDA - PPCI
									EXECUÇÃO DO PROJETO PARA A SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA (TELHADO

DRF /PTG

OBRA

2020121043

DMA

I

RECUPERACAO

E ESTRUTURA) DO DEPÓSITO DE
MERCADORIAS APREENDIDAS DA
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE
PONTA GROSSA EM CARÁTER
EMERGENCIAL

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Prover a edificação de cobertura estanque e sem riscos de desabamento, trazendo segurança a todos os que ali laboram, bem como proteção aos materiais ali armazenados minimizando os riscos de prejuízos econômicos

13. Providências a serem Adotadas

Não há providências a serem adotadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há impactos ambientais para a execução da obra

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A crucial etapa inicial de definição do objeto, levantamento das necessidades da obra e requisitos e procedimentos a serem observados pela contratada está sendo baseado em opiniões técnicas de entes capacitados para emití-las.

Considerando que existe orçamento para a contratação dos serviços e que existe empresa no mercado que atende aos requisitos desta licitação, declara-se viável a contratação.

1. BONATTO, Hamilton. *Licitações e Contratos de Obras e Serviços de Engenharia*. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 111.

16. Responsáveis

JOSE WALDINEY DOS SANTOS

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil



Ministério da Economia

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Economia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 29/06/2022 14:34:57 por Jose Waldiney dos Santos.

Documento assinado digitalmente em 29/06/2022 14:34:57 por JOSE WALDINEY DOS SANTOS.

Esta cópia / impressão foi realizada por SIGRID HAGER STRAMBI em 20/10/2022.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP20.1022.10526.BKAL

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
08DC8D56F9FD8C569F232425B4820D86791D35CF649CDAA98709ED07902D2650